



JUNIA FURTADO

**Um impostor na missão ao Daomé: o
roubo autoral na Era Moderna**

CLIO: REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA

Dossiê: *Fake News* na época moderna

Recife, v. 41, n. 2 (Jul-Dez), 2023, pp. 230-263.

<http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2023.41.2.09>

e-ISSN: 2525-5649



UM IMPOSTOR NA MISSÃO AO DAOMÉ: O ROUBO AUTORAL NA ERA MODERNA

RESUMO: Este artigo é resultado de um projeto de pesquisa mais amplo que investiga a viagem de dois padres nascidos no Brasil, Vicente Ferreira Pires e Cipriano Pires Sardinha, em missão diplomática enviada por Dom João, príncipe regente, ao reino do Daomé, na África, em fins do século XVIII. O tema abordado é a questão da autoria do relato que resultou desta viagem e o roubo autoral perpetrado por Vicente Ferreira Pires, pois indícios textuais e biográficos indicam que ele não é o principal do texto e sim Cipriano Pires Sardinha que fora o encarregado da tarefa pelo príncipe regente. Para tanto, são apresentados o contexto e as razões que levaram Vicente Pires a se apropriar do texto, apresentando-se como seu único autor.

PALAVRAS-CHAVE: Fake News; Daomé; Autoria; Roubo intelectual

AN IMPOSTOR ON A MISSION TO DAHOMEY: COPYRIGHT THEFT IN THE MODERN AGE

ABSTRACT: This article is the result of a broader research project investigating the journey of two Brazilian-born priests, Vicente Ferreira Pires and Cipriano Pires Sardinha, on a diplomatic mission sent by Dom João, Prince Regent, to the kingdom of Dahomey in Africa at the end of the 18th century. The theme addressed is the question of the authorship of the account that resulted from this trip and the theft of authorship perpetrated by Vicente Ferreira Pires, since textual and biographical evidence indicates that he is not the main author but Cipriano Pires Sardinha, who was entrusted with the task by the prince regent. To this end, the context and reasons that led Vicente Pires to appropriate the text and present himself as its only author are presented.

KEYWORDS: Fake News; Dahomey; Authorship; Intellectual theft

JUNIA FURTADO

Um impostor na missão ao Daomé: o roubo autoral na Era Moderna

Em fins de 1796, dois padres nascidos no Brasil – Vicente Ferreira Pires (1765-?) e Cipriano Pires Sardinha (1749-1797) – foram enviados, por dom João, príncipe regente, em missão diplomática ao Daomé. É possível analisar essa viagem em várias dimensões desde a biografia dos dois padres, até os aspectos religiosos, sociais, econômicos e culturais observados por ambos na África.¹ Para aprofundar os significados e o contexto de produção de *fake news* na Era Moderna, este capítulo se centra na discussão sobre a autoria do relato *Viagem de África em o Reino de Daomé* que, em 1800, foi oferecido e dedicado ao príncipe regente por Vicente Ferreira Pires.

O original do relato encontra-se preservado na Biblioteca da Ajuda, sendo uma cópia manuscrita, em “formato in-4º, encadernada em carneira vermelha [...]. O texto consta de 115 fólios com numeração apenas no recto”,² e era, originalmente, acompanhado de um mapa, ainda não localizado. Uma edição crítica, com o título *Viagem de África em o reino de Dahomé, escrita pelo padre Vicente Ferreira Pires no ano de 1800 e até o presente inédita*, foi publicada por Clado Ribeiro de Lessa, em 1957, constituindo o volume 287 da *Coleção Brasileira*.³ No fólio 5 do manuscrito, Pires reclama para si a total autoria do relato: “Viagem de África em o Reino de Dahomé, escrita pelo padre Vicente Ferreira Pires, natural da cidade da Bahia...”. Porém, vários e inequívocos indícios contradizem tal atribuição, até

¹ Junia F. Furtado, “O retorno como missão: o Daomé sob a lente de dois padres brasileiros em fins do século XVIII”, in Aldair Rodrigues, Ivana Stolze Lima, e Juliana Barreto Farias (orgs.), *A diáspora Mina: africanos entre o Golfo do Benim e o Brasil*, Rio de Janeiro: NAU Editora, 2020, pp. 131-163 e Junia F. Furtado, “Black Ceremonies in Perspective: Brazil and Dahomey in the Eighteenth Century”, in Cécile Fromont (org.), *Afro-Catholic Festivals in the Americas: Performance, Representation, and the Making of Black Atlantic Tradition*, Filadélfia: Penn State University Press, 2019, pp. 92-114.

² Clado Ribeiro de Lessa, *Viagem de África em o reino de Dahomé, escrita pelo padre Vicente Ferreira Pires no ano de 1800 e até o presente inédita*, Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1957, p. XVI.

³ Lessa, *Viagem de África em o reino de Dahomé*.

então incontestes, e apontam que a autoria principal do texto coube a Cipriano Pires Sardinha. A formação diversa dos dois padres, o encargo da escrita somente a um deles, a análise do conteúdo e das diferenças estilísticas de partes do texto e o contexto e as razões por que o primeiro se apresentou como seu único autor embasam esta nova atribuição. Como o original do manuscrito desapareceu, restando apenas a versão de luxo enviada a dom João, em Lisboa, e sabendo-se que parte do texto foi escrita depois da morte de Sardinha, o que aqui se defende é que Vicente Ferreira Pires perpetrou um roubo literário dos manuscritos de Sardinha, completou-os e organizou-os conforme era do seu interesse. Anthony Grafton aponta que “falsificações deste tipo são tão antigas quanto a autoridade textual”.⁴ Cabe destacar aqui que, no caso da *Viagem de África em o Reino de Daomé*, não se trata de um documento falso, ainda que algum tipo de alteração e manipulação do texto pareça ter ocorrido, mas da apropriação autoral de um texto originalmente escrito por terceiro. Trata-se não de um plágio ou da fabricação de um texto literário falso, mas de um roubo literário com o que um indivíduo se apropria de um texto autoral alheio passando-o por seu, editando-o e completando segundo sua vontade.⁵

É possível falar de roubo autoral em fins do século XVIII, quando ainda vicejava uma certa “falta de individualidade, especialmente no que diz respeito à cultura escrita”⁶ e associar a este roubo “o adjetivo ‘literário’ quando nós sabemos que a literatura é por essência um bem comum, cujo conteúdo é excluído do sistema de propriedade material?”⁷. O objetivo aqui é empregar este estudo de caso para desnudar as mudanças que, neste contexto, eram operadas no estatuto de autor e sua relação com sua obra autoral. Interessa, pois, associar este contexto de transformações com as razões por que Vicente Ferreira Pires forjou esta falsa autoria como único produtor do relato e como se deu esta apropriação do texto original de Sardinha.

Conforme Grafton adverte (e vale para qualquer crime, entre eles o da falsificação ou roubo literário), para entender o que se passou, é necessário elucidar três circunstâncias: “o motivo, os meios e a oportunidade”⁸ e, conseqüentemente, os ganhos angariados pelo falsário. Este texto se inicia com o contexto específico que resultou na escrita da *Viagem de África em o Reino de Daomé*

⁴ Anthony Grafton, *Forgers and critics: creativity and duplicity in Western scholarship*, London: Collins & Brown, 1990, p. 8.

⁵ P. Larivallée, “La ‘grande difference entre les imitateurs et les voleurs’: à propôs de la parodie des *Amours de Didon et Énée* dans les *Ragionamenti* de l’Arétin”, in *Réécritures. Commentaires, parodies, variations dans la littérature italienne de la Renaissance*, Paris: Presses de l’Université de la Sorbonne Nouvelle, 1983, vol. 1, pp. 41-108.

⁶ Grafton, *Forgers and critics*, p. 36.

⁷ Gwladys Choynet, “Le voleur de Georges Darien, ou l’apprentissage du vol littéraire”, in *Memoire online*, https://www.memoireonline.com/03/15/8986/m_Le-voleur-de-Georges-Darien-ou-lapprentissage-du-vol-litteraire0.html

⁸ Grafton, *Forgers and critics*, p. 37.

e, em seguida, apresenta as mudanças por que, no seio das transformações iluministas, passava o conceito de autoria, especialmente em Portugal, onde a investigação da natureza do império e a produção autoral de textos sobre a mesma passaram a ocupar importante papel, o que fornece o pano de fundo para entender a motivação que leva à falsificação literária. A primeira questão que se coloca, então, é revelar a falsa autoria única e, para tanto, examina-se o perfil biográfico dos dois padres; os aspectos internos do texto, analisando as duas matrizes ou tópicas discursivas empregadas – a científica e a religiosa –, e a modificação do estilo narrativo na parte final do texto. Os motivos, os meios, as oportunidades e os ganhos são esmiuçados ao apresentar as razões e o momento em que Vicente Ferreira Pires se apropria do texto escrito por Cipriano Pires Sardinha e o faz passar por seu. Como diz o velho ditado: a ocasião faz o ladrão. Por fim, revelam-se os ganhos pessoais e profissionais resultante deste roubo literário.

A embaixada ao Daomé

A 8 de abril de 1796, uma comitiva partiu do porto de Lisboa em direção a Salvador da Bahia, onde aportou a 26 de maio, tendo como destino final o reino do Daomé, na África ocidental.⁹ O grupo era composto por dois padres nascidos no Brasil – Cipriano Pires Sardinha e Vicente Ferreira Ferreira – e por dois remanescentes – um príncipe e um secretário-intérprete – de uma embaixada enviada do Daomé que chegara à Bahia um ano antes, enviada pelo rei Agonglo.¹⁰ O objetivo principal da embaixada africana¹¹ era negociar a proposta de que o comércio português de escravos no Golfo de Benim se desse exclusivamente por Ajudá, porto situado no seu litoral, por onde se exportavam

⁹ “Gazeta de Lisboa a 12/4”, in Manuel Lopes de Almeida, *Notícias Históricas de Portugal e Brasil (1752-1800)*, Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 1964, p. 319.

¹⁰ Ou Adanruzâ VIII, título utilizado por todos os reis do Daomé. Lessa incorre em alguns equívocos, como o de que a embaixada africana chegara a Salvador, em 1796, e não em 1795, e grafa equivocadamente como Adarunzâ XIII. Lessa, *Viagem de África em o reino de Dahomé*, pp. XXV, 39, 77; J. F. de Almeida Prado, “A Bahia e suas relações com o Dahomé”, in *O Brasil e o colonialismo europeu*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, pp. 115-226. (pp. 122-123); Pierre Verger, *Fluxo e refluxo: do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos*, Salvador: Corrupio, 2002, pp. 251-307; Luis Nicolau Parés, “Cartas do Daomé: Uma Introdução”, *Afro-Ásia*, Salvador, v. 47 (2003), p. 331; Ana Lucia Araujo. “Dahomey, Portugal and Bahia: King Adandozan and the Atlantic Slave Trade”, *Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies*, v. 33, n. 1 (2012), pp. 1-19.

¹¹ Lessa, *Viagem de África em o reino de Dahomé*; Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa, Manuscritos Avulsos da Bahia (MAB), Cx. 199, docs. 14.399; Cx. 100, docs.19.560-19.572; Caixa 107, docs. 20.931-20936; Caixa 147, docs. 29.494-29.499; “Dois embaixadores africanos mandados à Bahia do rei do Dagomé”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHB)*, Rio de Janeiro, v. LIX, n. 1 (1896) pp. 413-416; “Regresso do embaixador do rei do Dagomé para a costa d’África”, *RIHB*, v. LIX, n. 1 (1896), pp. 417-419.

os cativos apreendidos e onde os portugueses possuíam uma fortaleza.¹² O rei reclamava também da progressiva diminuição do peso dos rolos de tabaco recebidos como pagamento no negócio e queixava-se do comportamento do então diretor da fortaleza portuguesa, Francisco Antônio da Fonseca e Aragão, que se descuidara de sua manutenção, encontrando-se a mesma em estado precário.¹³ Para entregar suas demandas, Agonglo enviara como embaixadores o filho do rei de Porto Novo, reino tributário do Daomé, acompanhado do seu próprio irmão e de um secretário-intérprete, que, depois de aportarem em Salvador, seguiram para Portugal para entregar as demandas diretamente a D. Maria I.¹⁴

Porém, durante a estada em Lisboa, o embaixador, irmão do rei, não resistiu ao inverno e veio a falecer, sendo enterrado na igreja do convento das Francesinhas, a 25 de fevereiro de 1796.¹⁵ Por essa razão, apenas os dois remanescentes voltaram a Salvador mas, a 29 de dezembro de 1796, quando partiu do Brasil a corveta para levá-los de volta ao Daomé, ia embarcado apenas o príncipe do Porto Novo, já que o secretário-intérprete, Luiz Caetano de Assunção, quebrara uma perna ao pular da janela tentando fugir do retorno à África.¹⁶ Quanto às demandas do rei em relação ao monopólio do comércio de escravos em Salvador, não houve outra alternativa a dom João, príncipe regente, que negar a pretensão. Mas, como tal decisão podia não ser bem recebida, decidiu-se entregar a resposta formalmente por meio da embaixada portuguesa¹⁷ e, como embaixadores, foram escolhidos os dois padres que, à época, viviam em Lisboa. Na cidade, Cipriano já acompanhava os emissários africanos, tendo-os introduzido na fé católica, sendo o príncipe sobrevivente batizado como dom João Carlos de Bragança e o embaixador que falecera, como Manuel Constantino Carlos Luiz.¹⁸

¹² Havia ainda um forte francês, Saint Louis de Grégory (1703), e um inglês, Williams. Parés, "Cartas do Daomé: Uma Introdução", p. 299.

¹³ AHU, Manuscritos de São Tomé (MST), doc. 27 (774), 47-A, São João Batista Ajudá, 1796.

¹⁴ Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Rio de Janeiro, Reservados (R), II-34, 2, 20, doc. 6; Prado, *Notícias Históricas de Portugal e Brasil*, p. 319.

¹⁵ AHU, MST, doc. 27 (774), 47-A; "Regresso do embaixador do rei do Dagomé para a costa d'África", p. 417; FBN, R, II-34, 2, 20, doc. 8, 19 de fevereiro de 1796.

¹⁶ Lessa, *Viagem de África em o reino de Dahomé*, pp. XXI, nota 5 e XXXIX-XL; "Regresso do embaixador do rei do Dagomé", pp. 417-419; AHU, MAB, Caixa 100, docs. 19.563-19.565. Não há que se estranhar essa reação do secretário que, apontado como branco, não era originário do reino africano, apesar de se tratar de "um mulato, escravo do diretor do forte de Ajudá que fugira da casa de seu amo e colocara-se sob a proteção do rei, em Abomé". Verger, *Fluxo e refluxo*, p. 256; FBN, R, II-34, 2, 10, "Ofício do Rei de Dahomey a D. Fernando José de Portugal, enviando um branco chamado Luís Caetano ...". Em carta a D. Maria I, Agonglo se refere a ele como "um meu Branco". FBN, R, II-34, 2, 20, doc. 6.

¹⁷ FBN, R, II-34, 2, 20, doc. 3.

¹⁸ "Regresso do embaixador do rei do Dagomé", p. 417; ANTT, Manuscritos da Livraria (ML), nº. 821 (57), f. 72; Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (ANTT), Lisboa, PBA-697, "Avisos régios e outros papeis"; FBN, R, II-34, 2, 20, doc. 1, doc.4.

Por ordem da rainha, além de servirem de diplomatas, os dois padres iam também “para aquele Reino na intenção de catequizarem o mesmo rei [do Daomé] e de o reduzirem ao cristianismo” e sua missão deveria durar pelo menos dois anos, “exceto se por moléstias se impossibilitarem absolutamente”.¹⁹ A pedido da Academia Real das Ciências de Lisboa, Cipriano Pires Sardinha foi incumbido de realizar observações “recomendadas de viva voz por Sua Alteza Real o Príncipe Nosso Senhor” e designado a produzir um relato escrito sobre as regiões visitadas.²⁰ Como se vê, o encargo de produzir o relato recaiu somente sobre ele, um primeiro indício do roubo literário perpetrado por Vicente Ferreira Pires. Para entender o envolvimento da Academia Real das Ciências de Lisboa, como tal envolvimento moldou a escrita do relato e a posterior apropriação indébita da sua autoria, discute-se, a seguir, como, ao longo do século XVIII, o conceito de autoria se transformava com a criação das academias iluministas.

Os letrados e o serviço do Estado

Sob o signo do Iluminismo, a criação da Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1779, durante o reinado de dona Maria I, respondeu às novas demandas que o capitalismo nascente, em sua fase manufatureira, passava por toda a Europa. Ainda dispondo de um vasto império transoceânico, para dinamizar a economia, a Coroa portuguesa estimulou a prática das viagens filosóficas com o intuito de investigar a natureza, inclusive a do próprio reino, em busca de riquezas naturais, que, sob o signo do utilitarismo econômico, seriam manufaturadas, propiciando o progresso e o enriquecimento da nação. Sob o signo da Razão de Estado, caberia aos letrados iluministas, principalmente os sócios da Academia, investigá-las e seu conhecimento era seu capital mais valioso. Nesse contexto, “a História Natural [...] é útil ao Homem e ao Príncipe, pois que serve à Arte de conduzir os Povos, mostrando-lhe, entre a multidão das produções, as de que, ou simples, ou por meio da indústria dos seus povos, pode fazer tirar partido e reduzir a objetos úteis”.²¹ O Brasil, por sua vastidão e diversidade natural, ocupou o centro das atenções, mas também a África, onde se buscava expandir o domínio colonial e, para além do tráfico negreiro, mapear produtos comerciais e potencialmente manufatureiros. Não por acaso, a Academia abraçou a iniciativa do príncipe regente de patrocinar uma viagem ao

¹⁹ FBN, R, II-34, 2, 20, doc.1.

²⁰ Diz o despacho que, “como o suplicante tem várias observações que fazer naquela costa, recomendadas de viva voz por Sua Alteza Real o Príncipe Nosso Senhor...”. AHU, MAB, Cx. 100, doc. 19.562; Lessa, *Viagem de África em o reino de Dahomé*, p. XXXIII.

²¹ ANTT, Ministério dos Negócios Exteriores (MNE), Legação de Turim (LT), caixa 861, Turim 3/04/1782.

Daomé, encarregando Cipriano Pires Sardinha de escrever um relato científico sobre os locais visitados.

No seio das academias ilustradas, como era o caso da academia de ciências lisboeta, os letrados por sua vez buscavam, em troca de seus serviços, as mercês régias que lhe permitiam ascender socialmente numa sociedade marcada por privilégios de nascimento. Denis Diderot, ao redigir o verbete sobre os *philosophes* para a *Encyclopédie*, afirma que a República de Letras aspira uma igualdade entre os escritores e os grandes do reino.²² O termo república abarcava exatamente esse sentimento de igualdade a que os homens de letras do século XVIII passaram a almejar e considerar justo em relação aos nobres de nascimento. D’Alembert, secretário perpétuo da Academia Francesa de Belas Letras, reconhecia que a sociedade de Antigo Regime era desigual por natureza, mas os espaços das academias seriam os principais *loci* que nivelariam aqueles cuja glória estava fundada no talento aos oriundos da nobreza de sangue. Segundo ele, “a igualdade acadêmica, da qual todos os nossos confrades se mostram invejosos, não é apenas uma simples prerrogativa da Academia Francesa, mas um dos fundamentos essenciais da sua constituição”.²³ Não se estranha, então, que Cipriano já partisse para o Daomé tendo angariado previamente as mercês régias por seus serviços futuros, o que lhe permitiria a ascensão social que o nascimento lhe negara. E entre os serviços previstos que desempenharia no Daomé, que incluíam a função de embaixador e missionário católico, o relato de viagem se destacava. Sua importância pode ser medida pelo fato de que Vicente Ferreira Pires só conseguiu alguma mercê no seu retorno e somente após muito esforço peticionário, depois de entregar o texto do relato ao príncipe como sendo exclusivamente seu.

No ambiente das academias iluministas europeias, a questão da autoria se modificava para se tornar cada vez mais individualizada como propriedade de um único autor, estreitando a conexão que, desde a Modernidade, começara a se estabelecer entre “o livro como objeto, a obra e o nome de seu autor”.²⁴ Em 1763, Denis Diderot escreveu uma primeira versão da sua *Lettre sur le commerce de la librairie*, na qual esboçou pioneiramente o conceito de direito autoral. Ao reconhecer o autor como proprietário de sua obra, o direito autoral permitiria que os autores se autonomizassem em relação ao mecenato régio, que ainda era a principal forma de financiamento dos letrados durante o século XVIII. Se, no entanto, nem na França, nem em Portugal, a obra literária autoral se transformara

²² D. Diderot, “Philosophe” in *Oeuvres complètes*, Paris: A.T edition, s.d., tomo XVI, pp. 273-278.

²³ D’Alembert, “Preface”, in *Éloges lus dans les séances publiques de l’Académie Française*, Paris: Panckoucke, 1779, p. XXX.

²⁴ Roger Chartier, “História cultural do autor e da autoria”, in Priscila Faulhaber e José Sérgio Leite Lopes, (orgs.), *Autoria e história cultural da ciência/ Roger Chartier*, Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012, p.37-64 (p. 60).

totalmente numa mercadoria, o texto de Diderot aponta para a culminância do processo de transformação no qual a individualização do autor e de sua propriedade intelectual sobre sua obra original se afirmavam. As academias eram o principal *locus* onde se reunia a nata da inteligência iluminista europeia que, em troca de seu saber disponibilizado ao serviço do Estado, usufruía do mecenato régio. Para serem mercedores desses privilégios, interessava a cada um dos membros dessa nata – aspirantes ou integrantes – individualizar sua obra. Nascia aí o germe da conexão entre o autor e sua obra literária como propriedade individual. Não por acaso, na mesma época, coube ao aparato régio distribuir os privilégios de publicação e combater as obras defesas e as cópias.

Na Academia Real das Ciências de Lisboa, os letrados colocavam seu conhecimento científico em Ciências Naturais aprendido na Universidade Coimbra, a partir da reforma pombalina dos seus estatutos, em 1772, na investigação da natureza dos territórios do império português ultramarino, o que resultou na criação de um gênero literário específico – as Memórias Econômicas.²⁵ Em troca, recebiam as mercês régias, na forma de títulos, postos na administração e recompensas financeiras, o que lhes permitia ascensão social. Com isso, a necessidade do reconhecimento autoral individualizado de seus textos tornava-se consequência natural.

Como consequência, o texto autoral original, como propriedade do autor, começava a se distinguir do plágio e “a autoria como imitação de uma *auctoritas*”, que era corrente até a Modernidade, com o Iluminismo, entrava em declínio. O que passou a garantir a qualidade da obra não era mais “a qualidade desta imitação: se era uma cópia descarada e, portanto, plágio; se era uma cópia servil, ou seja, foi uma mera imitação que deu a indicação que está seguindo determinado autor [...]; ou se era uma emulação, ou seja, uma cópia inspirada numa anterior mas que, em alguma medida [...] se destacou do que copiou e virou um exemplo”, e sim a sua originalidade. Por isto, tornava-se cada vez mais necessário distinguir e diferenciar o texto autoral do plágio.²⁶ O primeiro ganhava valor de mercado, mesmo que o rei ainda fosse o principal benfeitor do autor, pagando ao letrado por seu produto – a obra literária – em mercês honoríficas e postos administrativos que, por sua vez, geravam bens pecuniários. Isto garantia aos autores a sobrevivência e mesmo a ascensão social, posicionando-os cada vez mais próximos da nobreza de nascimento. É nesse

²⁵ Angela Domingues, *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em fins do século XVIII*, Funchal: Centro de História do Atlântico, 1991; Ronald Raminelli, “Ilustração e império colonial”, *História*, v. 31, n. 2 (jul/dez 2012), pp. 36-67; Junia F. Furtado, “O outro lado do Império. Estrangeirados Luso-brasileiros e as Minas da América Portuguesa”, in Ana Simões, Marta Lourenço e José Alberto Silva (orgs.), *História da ciência, tecnologia e medicina na construção de Portugal: Razão e Progresso (Séc. XVIII)*, Lisboa: Tinta da China, 2021, v. 2, pp. 97-125.

²⁶ Luís Filipe Silvério Lima, “A questão da autoria”, in Rodrigo Bentes Monteiro (org.), *Modernos em curso: escritos e imagens no tempo*, Rio de Janeiro/Niterói: Ouro sobre Azul/Eduff, 2022, p. 107.

contexto que se pode compreender por que Vicente Ferreira Pires reclamou para si a autoria única do relato de viagem, o que permite compreender o motivo, os meios, a oportunidade e seus fins ou ganhos.²⁷ A falsa autoria reclamada por ele se explica pela necessidade de individualizar e valorizar sua ação no contexto da viagem ao Daomé, tornando o produto da falsificação – o texto – organicamente conectado a ele, seu novo autor. A nova autoria se constitui como um manifesto ao individualismo literário que emergia e se apresenta como uma “falsificação interessada”, pois serve para alavancar recompensas, na forma de mercês régias, que o falso autor – Vicente Ferreira Pires – buscava para si, considerando-se um injustiçado depois de todas as agruras que experimentara na África. No entanto, a atribuição dessa falsa autoria única não é auto evidente. O texto manuscrito recebido pelo príncipe dom João é assinado por Vicente, e Cipriano não podia reivindicar sua autoria original, visto que morrera na viagem. Cabe aqui, primeiro, reunir os indícios para sustentar o roubo literário perpetrado e, para tanto, apresentam-se as origens e a formação distinta dos dois padres.

Os padres missionários

Cipriano Pires Sardinha – perfil e formação

O mulato Cipriano Francisco²⁸ nasceu no arraial do Tejuco, em Minas Gerais, sendo batizado a 10 de outubro de 1749 na matriz de Santo Antônio. O registro o apresenta como filho de pai incógnito e de Francisca Pires, negra forra. Ela era natural da Vila da Cachoeira, arcebispado da Bahia, e sua avó materna, Luiza Pires, nasceu e foi batizada em Angola.²⁹ Os padrinhos de Cipriano foram Manuel Francisco Ribeiro, de quem não se tem maiores informações, e o licenciado José Gomes Ferreira,³⁰ companheiro de Maria parda, que havia sido escrava, como sua mãe, do plantel do médico português Manoel Pires Sardinha, que, na mesma época, também era o proprietário da famosa Francisca (Chica) da Silva.³¹

²⁷ Grafton, *Forgers and critics*, p. 37.

²⁸ Junia F. Furtado, “Mulatismo, mobilidade e hierarquia nas Minas Gerais: os casos de Simão e Cipriano Pires Sardinha”, in Rodrigo Bentes Monteiro et alli (orgs.), *Raízes do privilégio: mobilidade social no mundo Ibérico do Antigo Regime*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp. 355-386.

²⁹ Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM), Mariana, Gaveta 34, “Auto de genere et moribus de Cipriano Pires Sardinha, 1785”.

³⁰ Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina (AEAD), Caixa 297, “Livro de batizados do arraial do Tejuco, 1745-1765”, f. 21.

³¹ Junia F. Furtado, *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 51-54.

Em duas Visitas Eclesiásticas, em dezembro de 1750 e em julho de 1753, Manoel Pires Sardinha foi acusado de concubinato com suas duas escravas de nome Francisca (sua mãe e Chica da Silva).³² De cada um dos dois relacionamentos nasceu uma criança: Cipriano Francisco, de Francisca Pires, e Simão Pires Sardinha, de Chica da Silva, batizado em 1751. Seu pai ainda teve um terceiro menino, de nome Plácido, com outra escrava, Antônia Xavier, depois forra. Apesar de apontado como pai das crianças, três mulatos, Manoel não assumiu a paternidade de nenhum deles, nem no registro de batismo, nem no seu testamento, escrito no Tejuco em 1755. Nesse documento, entretanto, nomeou as crianças como seus herdeiros.³³ Os três, por sua vez, não tiveram dúvidas de que eram seus filhos: ostentaram por toda a vida o sobrenome do pai, tratavam-se como meios-irmãos e invocaram sua paternidade quando lhes foi de interesse, para com isso angariarem mercês ou ofícios.³⁴

Pouco antes dos vinte anos de idade, Cipriano foi ordenado diácono, depois das inquirições costumeiras, realizadas no Tejuco, em agosto de 1769. Na hierarquia da Igreja católica e segundo a legislação eclesiástica, os diáconos pertenciam às ordens menores, eram auxiliares dos párocos, mas também juravam castidade. No mesmo ano, deu início ao processo para que fosse ordenado presbítero secular,³⁵ mas em outubro de 1770, ele aparece matriculado como estudante na Universidade de Coimbra.³⁶ Depois das provanças costumeiras realizadas para a matrícula, teve que ser “perdoado” por sua ilegitimidade e pela falta de condição (referência ao mulatismo e à escravidão sofrida por sua mãe). Sua inscrição coincide com o retorno ao reino do contratador dos diamantes, o desembargador João Fernandes de Oliveira, que levou consigo os meios-irmãos Simão e Cipriano.³⁷ O ato refletia a amizade que as mães das crianças, as duas Franciscas, desenvolveram nos anos de cativo como escravas do mesmo plantel e mães de dois dos filhos ilegítimos do senhor, o médico Manoel Pires Sardinha.

Na Universidade de Coimbra, Cipriano frequentou o curso de *Instituta*, como se chamava os dois primeiros anos do Direito Canônico.³⁸ O grau alcançado

³² AEAM, “Livro de devassas, 1750-1753”, ff. 40, 43v-45v.

³³ Afirmou que “três mulatinhos forros que me nasceram em casa, pelo amor que lhes tenho, e os criar como filhos, um por nome Plácido, filho de Antônia Xavier, mulher forra; outro por nome Cipriano, filho de Francisca, crioula forra; outro por nome Simão, filho de Francisca da Silva, parda forra, aos quais três mulatinhos instituo por meus universais e legítimos herdeiros”. AEAD, Caixa 350, “Livro de óbitos do arraial do Tejuco. 1752-1895”, f. 27.

³⁴ No caso de Cipriano, ao ingressar na carreira eclesiástica se declarou filho de pai incógnito, já para se matricular em Coimbra se declarou filho ilegítimo de Domingos Manoel Pires Sardinha.

³⁵ AEAM, Gaveta 34, “Auto de genere et moribus de Cipriano Pires Sardinha, 1785”.

³⁶ “Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil”, *Brasília*, Coimbra, suplemento ao v. 4, (1949), p. 277.

³⁷ Furtado, *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, pp. 161-163.

³⁸ AEAM, Armário 3, pasta 408, f. 3.

não só lhe deu acesso à educação religiosa esmerada, mas propiciou sua formação em Ciências Naturais. Desde as reformas pombalinas, todos os seus estudantes, inclusive os de leis e cânones, recebiam preparo para a investigação científica da natureza. “As mudanças trazidas pelos novos estatutos atingiram os estudantes de todos os cursos da universidade, que passaram a ter que frequentar as disciplinas de história natural, matemática e química em um curso preparatório de dois anos antes do início do currículo de formação específica”. Nos dois anos de Instituta, Cipriano, como os demais estudantes, cursou as disciplinas de filosofia racional e moral, história natural, física experimental, química e geometria.³⁹

Os estudos em Coimbra também permitiram que Cipriano estabelecesse laços de afinidade com outros estudantes brasileiros que foram seus colegas e contemporâneos, laços que parecem ter sido determinantes na sua ligação com a Academia Real das Ciências e na sua nomeação para a embaixada no Daomé. Um deles foi o padre Joaquim Veloso de Miranda, autor da magnífica *Brasiliensium Plantarum*, matriculado na mesma época em Cânones. Outro, Antônio Pires da Silva Pontes, matemático e cartógrafo, que chegara no ano anterior. Ambos, como Cipriano, eram oriundos das Minas Gerais.⁴⁰ Outros contemporâneos foram Manuel Inácio da Silva Alvarenga, poeta árcade, e o padre Antônio Caetano de Almeida Vilas Boas, literato e pregador, irmão do poeta José Basílio da Gama, cujo grande poema épico *O Uruguai* é citado nas páginas do relato de viagem ao Daomé, a apontar a autoria original de Cipriano. Seu meio-irmão Simão Pires Sardinha também pertencia a esse círculo. Em 1782, apresentou à Academia Real das Ciências um texto intitulado *Experiências feitas com hum termonmetro n'huma viagem para o Brasil*, resultado das experiências feitas no mar quando ambos deixaram Portugal após os estudos – Cipriano na Universidade e Simão no Colégio das Artes.⁴¹ Os dois mulatos tejucanos, filhos de ex-escravas, entravam em contato e estabeleciam amizade com jovens oriundos do Brasil que viriam a constituir a elite intelectual reformista do período mariano e joanino, futuramente conectados à Academia Real das Ciências de Lisboa e ao secretário dos negócios exteriores dom Rodrigo de Sousa Coutinho, nomeado em 1796, revelando-se afeitos e conhecedores da nova ciência iluminista que se forjava.

³⁹ Rodrigo Osório Pereira, “O Império Botânico: as políticas portuguesas para a flora da Bahia Atlântica Colonial (1768-1808)”, Tese (doutorado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013, p. 69.

⁴⁰ “Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil”, pp. 275, 269.

⁴¹ Simão Pires Sardinha, “Experiências feitas com hum termonmetro n'huma viagem para o Brasil”, in *Colleção de memórias físicas e económicas offerecidas a Academia Real das Sciencias de Lisboa que não poderão entrar nas colleções impressas, tomo I. 31 de julho de 1782*, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa. Ms 373. Série Azul.

O curso escolhido por Cipriano era importante para alguém como ele, que, de baixo nascimento, aspirava candidatar-se à carreira eclesiástica.⁴² Ainda que nos estatutos da universidade não existisse impedimento para a entrada de pessoas de cor, os poucos estudantes com este perfil, no século XVIII, geralmente originários do Brasil, enfrentaram dificuldades para se titularem, o que parece explicar o fato dele ter cursado apenas os dois primeiros anos, não chegando a alcançar o grau completo em Cânones.⁴³ Mesmo assim, sua passagem pela instituição permitiu, na década seguinte, que conseguisse se habilitar à condição de presbítero secular. Em 1779, foi realizada inquirição no arraial do Tejuco, que concluiu que ele sabia latim, o que era exigência, mas que era mulato e filho ilegítimo de pai desconhecido, mas foi dispensado dos dois impedimentos. Cipriano e Simão voltaram, em 1782, na comitiva que acompanhara o então recém-empossado Governador das Minas Gerais, Luís da Cunha Meneses, por quem Simão nutria grande admiração.⁴⁴ Para o governador, Simão realizou o estudo do primeiro achado fóssil na região, descoberto na fazenda do padre José Lopes, em Prados, porque ele o considerava “um dos mais hábeis naturalistas e mineralógicos que, presentemente, há nesta capitania”.⁴⁵ Em fins de 1784, Cipriano recebeu a notícia de que sua ordenação fora aprovada na Real Mesa Censória e que deveria passar para Mariana, onde, em janeiro de 1785, aguardava seu provimento.⁴⁶ Em 1788, quando Luís da Cunha Meneses foi para Portugal, Simão estabeleceu-se no Rio de Janeiro, onde passou a frequentar a Sociedade Literária, que reunia ilustrados inconformistas, alguns deles insatisfeitos com a situação de dependência do Brasil em relação a Portugal.⁴⁷ Envolveu-se, então, na Inconfidência Mineira, mas sua participação não foi de todo esclarecida. Sabe-se que foi procurado por Tiradentes em sua casa no Rio de Janeiro para traduzir a *Compilação das leis constitutivas das colônias inglesas, confederadas sob a denominação de Estados Unidos da América Setentrional*. Foi Simão quem mandou avisar o alferes que ele estava sob vigia e que sua prisão era iminente.⁴⁸ Sob o abrigo do vice-rei do Rio de Janeiro, Luís de Vasconcelos, Simão retirou-se novamente para Portugal em agosto de 1789.

Tudo indica que Cipriano não só acompanhou como compartilhou com seu meio-irmão tanto seu conhecimento científico, quanto suas opiniões políticas

⁴² A. J. R. Russell-Wood, “Relato de um caso luso-brasileiro do século dezessete”, *Studia*, Lisboa, n. 36 (jun. 1973), p. 21.

⁴³ Lucilene Reginaldo, “‘Não tem informação’: mulatos, pardos e pretos na Universidade de Coimbra (1700-1771)”, *Estudos Ibero-americanos*, v. 44, n. 3 (set.-dez. 2018), pp. 421-434.

⁴⁴ AHU, Manuscritos Avulsos de Minas Gerais (MAMG), Cx. 140, doc. 49.

⁴⁵ AHU, MAMG, Cx. 123, doc.89.

⁴⁶ AEAM, Armário 3, pasta 408, f. 2.

⁴⁷ *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira (ADIM)*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1978, v.2, p. 75.

⁴⁸ ADIM, v.3, p. 462.

e até o acompanhara ao Rio de Janeiro, pois, a 5 de fevereiro de 1791, sem autorização de seus superiores e sem que tivesse sido nomeado para uma igreja ou capela, partiu para Lisboa, reunindo-se com Simão que já se encontrava na cidade.⁴⁹ Ambos fugiam da repressão que se abateu em Minas Gerais após a descoberta dos planos da Inconfidência Mineira, mas, no Reino, não caíram no ostracismo. Cipriano foi provido como cura na localidade de Vermelha, no Patriarcado de Lisboa, posto que ocupava quando chegaram os embaixadores africanos, sendo designado para ministrar os ensinamentos necessários à sua conversão ao catolicismo e, finalmente, acompanhá-los ao Daomé.⁵⁰

A nomeação para a embaixada/missão africana, em 1796, era um bom negócio. Ele havia se refugiado em Portugal sem autorização de seus superiores, já se comprometera a retornar ao Tejuco e, apesar de oficialmente reconhecer seu erro, protelava sua partida.⁵¹ Com a viagem, adiava ainda mais sua volta e, melhor, acobertado por uma missão oficial, o que lhe permitia realizar algum serviço, o qual, já antes da partida, fora revertido em mercês. Como pagamento dos serviços que prestaria na África, pediu o provimento de cura na igreja de Santo Antônio de Curvelo, localidade próxima ao Tejuco. Em junho de 1796, quando Cipriano ainda se encontrava na Bahia e sem que o cargo se encontrasse vago, dona Maria I atendeu o pedido, por seus merecimentos, “que o fazem muito digno da Real contemplação de V. Majestade às suas súplicas”.⁵²

Vicente Ferreira Pires – Perfil e formação

Já Vicente Ferreira Pires,⁵³ sobre quem também recaía a pecha de baixo nascimento, era órfão e nascido na freguesia de São Pedro Extramuros, em Salvador. Foi batizado na freguesia de Nossa Senhora da Vitória a 1º de dezembro de 1765 e, ao partir para a África, tinha 38 anos.⁵⁴ As autoridades falam em baixo nascimento, referência mais comumente empregada à população livre de cor, mas não se sabe se era mulato, pois foi registrado como filho de pais

⁴⁹ Custodio Gomes de Villas-Boas, *Ephemerides Nauticas, ou diario astronomico para o anno de 1794. Calculado para o meridiano de Lisboa, e publicado por ordem da Academia Real das Sciencias*, Lisboa: Real Academia das Ciências de Lisboa, 1794, p. 149.

⁵⁰ FBN, R, II-34, 2, 20, doc. 5. No documento está escrito somente: “A hum clérigo que os acompanha - 480\$000”, sem mencionar seu nome.

⁵¹ AEAM, Gaveta 34, “Auto de genere et moribus de Cipriano Pires Sardinha, 1785”.

⁵² ANTT, Mesa de Consciência e Ordens (MCO), “Padroado do Brasil”, Bispado de Mariana, Maço 6, 9/12/1796 e 22/09/1801; AHU, MAB, Cx. 201, doc. 14.213.

⁵³ Junia F. Furtado, “Mestizos Brésilien et la colonization africaine - le retour comme mission: le mulâtre Cipriano Pires Sardinha et le voyage au Dahomey (1796/1797)”, in Carmen Bernard, Eduardo França Paiva e Carmen Salazar-Soler (orgs.), *Serge Gruzinski, le passeur persévérant*, Paris: CNRS Éditions, 2017, pp. 209-227.

⁵⁴ AHU, MAB, Cx. 148, doc. 29.693; Lessa, *Viagem de África em o reino de Dahomé*, p. 168. Foram seus padrinhos “Francisco José de Oliveira, solteiro, e D. Joana Angélica de São José, casada, ambos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia”.

incógnitos, o que legalmente lhe atribuía a condição de branco. Foi exposto na casa de Manoel de Barros, casado, morador da freguesia de São Pedro Velho, e criado na do sargento-mor Pedro da Silva. Na sua documentação *de genere* para habilitar-se à carreira eclesiástica, no entanto, concluiu-se que “o habilitando, não obstante ser exposto, e não se saber quem foram seus pais, sempre foi tido e reputado por branco e cristão-velho”.⁵⁵ Não se pode, entretanto, levar essa conclusão ao pé da letra, pois a exposição era mecanismo empregado para o branqueamento e a legitimação de descendência mestiça ilegítima.⁵⁶

Em Salvador, se tornou sacristão na freguesia de São Pedro Velho, mas, segundo o arcebispo dom frei Antônio Correia (1721-1802), sempre se mostrara incapaz para o ofício, tendo sido “lançado fora deste pequeno emprego” após ter “deflorado uma donzela branca”, sendo obrigado a com ela se casar. Depois da morte da mulher, “já viúvo, [foi] obrigado a ser soldado”, mas “conseguiu baixa e serviu de guarda”, vigiando “para não saírem daqui [Salvador] os negros novos para as Minas sem pagar os Direitos Reais”. Em 1784, com as “belas disposições para o clericalato”, seguiu para Portugal, onde julgava que “se ordenaria com mais facilidade”, já que seu pedido, em Salvador, de “servir a Deus no estado eclesiástico” resultara apenas na sua admissão às ordens menores. Assim, sem que se saiba a data exata, partiu para Lisboa, onde, em 1793, conseguiu ser nomeado presbítero secular.⁵⁷ Estava no reino havia onze anos quando recebeu a proposta de acompanhar a embaixada ao Daomé e atuar apenas como missionário na conversão dos africanos. Não se sabe exatamente a razão de sua escolha, mas sua vida em Salvador e sua experiência no trato negreiro certamente tiveram influência.

Ao voltar da África, Vicente abriu um processo de reconhecimento da paternidade de dois meninos para legitimá-los e instituí-los como seus herdeiros. O arcebispo de Salvador informa que, quando no Brasil, “a voz aqui *comua* nada o favorecia nos costumes”, e o nascimento das crianças quando ainda vivia na cidade confirmava a má reputação que gozava. Era certamente uma das fortes razões que dificultara sua entrada na carreira eclesiástica, pois a castidade era exigida dos presbíteros, forçando-o a partir para Lisboa, onde seus pecados não eram públicos e notórios e onde poderia conseguir a nomeação eclesiástica, o que de fato alcançou. Não é de se estranhar, então, que o arcebispo o tivesse em tão pouca conta, garantindo que até Cipriano, “que em Lisboa o conheceu e com ele veio na mesma embarcação”, tinha do companheiro a mesma opinião e, na Bahia, “atestava e, publicamente, lamentava o ter naquela empresa por companheiro

⁵⁵ AHU, MAB, Cx. 148, doc. 29.691; Lessa, *Viagem de África em o reino de Dahomé*, pp. XXXIV, XXXVII.

⁵⁶ Renato Pinto Venâncio, *Famílias abandonadas*, Campinas: Papirus, 1999.

⁵⁷ AHU, MAB, Cx. 100, docs. 19.560, 19.561; Cx. 148, docs. 29.689, 29.693; Lessa, *Viagem de África em o reino de Dahomé*, p. 182.

um ignorante”. Frei Antônio Correia afirmou que “ele foi exposto, e nestes não costuma ser ordinariamente tão boa, como nos outros, a educação” e, em Salvador, “era reputado ignorante até na Gramática latina”, indispensável para tomar o estado clerical. Sobre sua moral, o arcebispo considerou que, após seu retorno ao Brasil, o fato de requisitar como recompensa por sua viagem ao Daomé, ao mesmo tempo, o canonicato e o curato na Sé de Salvador era sintoma de que tinha má índole e destacou que fez tais pedidos “sem preceder antes aplicação literária, nem depois”. Ou seja, não possuía os requisitos necessários para ascender a tão importante cargo que, “além dos muitos merecimentos”, requeria “a idoneidade” nos costumes, a retidão moral e uma boa educação.⁵⁸ Sobre os dois pedidos, o arcebispo julgou que “fora mais prudente em pedir um emprego proporcionado à sua capacidade”,⁵⁹ referindo-se claramente a seu pouco preparo intelectual. Já o governador da Bahia, dom Fernando José de Portugal, sem distinguir Cipriano de Vicente, afirmou que confiava “muito pouco dos préstimos e talentos dos que foram encarregados de missão tão delicada”, mas considerava o último “um miserável clérigo destituído inteiramente de literatura e bem pouco capaz de cumprir com a comissão que lhe fora encarregada de catequizar o Rei do Daomé”.⁶⁰

Ao comparar a trajetória de cada um dos dois padres, conclui-se que, apesar da origem de Cipriano ser mais desonrosa do que a do padre Vicente, o acesso à cultura letrada, cujo ápice foi o curso universitário em Coimbra, e os contatos com os membros da elite intelectual luso-brasileira que o curso lhe propiciou, permitiram que ele transcendesse o mundo da escravidão onde nascera. O mundo dos letrados, onde se inseriu, e o serviço que prestou ao Estado, não pela guerra ou pelos cargos administrativos e sim pelo intelecto, com boa formação religiosa e intelectual que incluíram estudos na Universidade de Coimbra, destacando-se a escrita do relato de *Viagem de África em o reino de Dahomé*, permitiriam sua ascensão na carreira eclesiástica, propiciando-lhe uma inserção mais favorável na sociedade. Vicente, apesar de legalmente branco, teve formação intelectual mais precária, desde cedo trabalhando para ganhar a vida, e seu comportamento errático e imoral não era condizente com o ideal preconizado para os que abraçavam a carreira eclesiástica. Não é de se estranhar que todas as autoridades baianas formassem um juízo negativo sobre seu intelecto, o que reforça a dúvida sobre sua autoria e faz com que esta usurpação ganhe novo significado. A crítica interna do texto, que se segue, reforça o roubo literário por ele perpetrado.

⁵⁸ AHU, MAB, Cx. 100, doc. 19.560.

⁵⁹ AHU, MAB, Cx. 100, docs. 19.560-19.572; Lessa, *Viagem de África em o reino de Dahomé*, p. 155.

⁶⁰ AHU, MAB, Cx. 107, docs. 20.931-20.936, “Ofício de D. Fernando José de Portugal...”; Lessa, *Viagem de África em o reino de Dahomé*, p. 155.

A tópic científica

Além de encarregados da missão de catequese e de conversão do reino africano à fé católica, começando por seu soberano, foi determinado, pelo príncipe dom João, diretamente e apenas a Cipriano que produzisse, sob o signo do Iluminismo afeito à Academia Real das Ciências de Lisboa, um relato de cunho científico, descrevendo a viagem⁶¹. Como chefe da missão, ele recebeu 50\$000 réis de ajuda de custo, que cobriam os gastos e sua remuneração, somando-se aos 480\$000 réis que recebera por acompanhar os embaixadores africanos em Lisboa, instruindo-os na fé católica. Para escrever o texto, Cipriano embarcou com um baú, contendo seus poucos trastes, entre os quais se destacavam seus instrumentos de anotação (papel, tinta e penas).⁶²

Antes de partirem para a África, o governador da Bahia afirmou que “o suplicante [Cipriano] tem várias observações que fazer naquela costa, recomendadas de viva voz por Sua Alteza Real o Príncipe Nosso Senhor, além do mencionado batismo de que constam os avisos”, atestando mais uma vez que a incumbência de escrever um relato era sua. Por essa razão, Cipriano solicitou-lhe que, como “pode suceder que o capitão do navio lhe dificulte a saída em qualquer dos portos em que vai negociar” escravos, era necessário que “se digno mandar ao dito capitão não embarce o soltar em terra o suplicante, antes o auxilie para poder satisfazer as recomendações de Sua Alteza”.⁶³ O ver conferia veracidade à escrita oriunda da pena dos naturalistas treinados no novo espírito científico iluminista, e Cipriano buscava garantir que seguiria tal princípio.⁶⁴

É o que se observa na *Viagem de África em o reino de Dahomé*, onde a pena do autor se move pela sede de conhecer objetivamente o espaço percorrido, conforme propugnava a Academia Real das Ciências de Lisboa, que exortava o domínio do empirismo científicista racional iluminista na observação da realidade, por meio do qual a natureza se tornaria objeto de exploração

⁶¹ Junia F. Furtado, “The eighteenth century Luso-Brazilian journey to Dahomey: West Africa through a scientific lens”, *Atlantic Studies: Global Currents*, v. 11, n. 2 (2014), pp. 256-276; Junia F. Furtado, “Return as a Religious Mission: The voyage to Dahomey made by the Brazilian mulatto Catholic priests Cipriano Pires Sardinha and Vicente Ferreira Pires (1796-1798)”, in Stephanie Kirk e Sarah Rivett (orgs.), *Religious Transformations in the Early Modern Americas*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014, pp. 180-204.

⁶² AHU, MAB, Cx. 100, doc. 19.562; FBN, R, II-34, 2, 20, doc. 5.

⁶³ No entanto, a prudência levou o governador a negar-lhe o pedido pelo risco envolvido. AHU, MAB, Cx. 100, doc. 19.562.

⁶⁴ Na segunda metade do século XVIII, os autores iluministas começaram a questionar a credibilidade dos relatos que não fossem escritos pelos “filósofos viajantes”, como se autodenominavam os *savants* treinados nas recém-abertas academias de ciências, desacreditando as fontes tradicionais utilizadas até então, produzidas por pilotos, missionários e viajantes práticos dos séculos anteriores, acusadas de apresentarem muitos erros e imprecisões. Jorge Cañizares-Esguerra, *How to write the history of the New World: histories, epistemologies, and identities in the Eighteenth-century Atlantic world*, Stanford: Stanford University Press, 2001, p. 12.

econômica sob o signo da utilidade. Com as Ciências Naturais, um conhecimento de novo tipo serviria para a expansão, o proveito e o desenvolvimento do império português. Afinal, se conhecer é poder, a dominação deveria ser precedida da construção de um saber sobre a região a ser conquistada, no caso, o reino africano do Daomé. O desejo de conhecer é perceptível desde o início do relato, quando seu autor chama a atenção para os aspectos quase incríveis das peripécias vividas ao longo da viagem, agora transformadas em narrativa. Para tanto, lança mão de várias referências literárias que informam o tom que será empregado no texto. Os vários personagens citados, saídos do mundo dos livros, revelam um autor instruído, com hábitos de leitura variados, não apenas os de caráter religioso, e que se dirige a um leitor agudo, isto é, capaz de desvendar as chaves literárias empregadas.

A curiosidade – no sentido de sede de conhecimento⁶⁵ – é o que claramente move a escrita, sendo seguidamente invocada como o sentimento que referencia e ordena a descrição do que é visto. Nesse sentido, o texto se revela saído da pena de um naturalista, que observa cuidadosamente a realidade, tanto a natureza e os homens, quanto seus costumes, para então descrevê-los ao leitor, buscando distinguir o visto do não observado e de relatar apenas aquilo que viu. Num dos primeiros encontros com um africano, Cipriano conta que “perguntei-lhe como e de onde tiravam este ouro, ao que me satisfez dizendo que os negros de terra-dentro é que exerciam este trabalho, e que a eles mesmo era desconhecido o modo com que apuravam o ouro”, o que o impede de descrever a operação ao leitor. O mesmo se repete em outro trecho, quando afirma que “pouco posso dizer a respeito do alborque do ouro, porque tal negócio é segredo de abelha”.⁶⁶ Esse procedimento de distinguir as observações vistas das que chegam a partir de terceiros (ou de frisar a impossibilidade de relatar aquilo que não foi visto) é reiterado diversas vezes e aponta para outra marca do olhar do naturalista: a preocupação com as riquezas naturais, principalmente minerais, o que também se circunscrevia ao escopo de objetivos da Academia das Ciências, interessada em mapear os recursos naturais com o objetivo de diversificar e promover a economia do império. Na concepção de seus acadêmicos, como para o autor, a África, parte do império, deveria ser civilizada para que sua natureza e seus povos se tornassem úteis aos interesses da Coroa, sendo considerada um espaço inferior, diferenciado do Brasil, que assistia à transformação, “decorrente do contato energizante com a administração portuguesa local”.⁶⁷ Conforme Basílio

⁶⁵ L. Daston e K. Park, *Wonders and the order of nature, 1150-1750*, New York: Zone Books, 2001, pp. 303-328; R. J. W. Evans e Alexander Marr (orgs.), *Curiosity and wonder from the Renaissance to the Enlightenment*, Aldershot: Ashgate, 2006.

⁶⁶ Lessa, *Viagem de África em o reino de Dahomé*, pp. 12, 10.

⁶⁷ Ivan Teixeira, *Mecenato pombalino e poesia neoclássica: Basílio da Gama e a poética do encômio*, São Paulo: Edusp, 1999, p. 278.

da Gama, a “África inculta e feia, Que estende a várias partes, fértil de monstros, a deserta areia”, era local de “ásperos costumes”,⁶⁸ panorama que só poderia ser transformado pela ação da nova elite ilustrada luso-brasileira, da qual Cipriano era parte integrante.

Não resta dúvida de que Cipriano Sardinha era quem tinha o olhar treinado para observar os costumes e a natureza africana segundo as demandas do novo conhecimento iluminista afeito aos naturalistas treinados na Universidade de Coimbra e na academia científica. Sua capacidade intelectual foi atestada pelo arcebispo da Bahia, que afirmou que “Sardinha, na verdade, além da sua grande viveza, tinha muita erudição”.⁶⁹ Ele fora encarregado de escrever o relato porque possuía o preparo intelectual e fazia parte, como seu irmão Simão, do círculo de letrados oriundos do Brasil que se reuniram em torno de dom Rodrigo de Sousa Coutinho. Aberto às Luzes, depois de conhecer em Turim onde servira de embaixador, os naturalistas José Bonifácio de Andrada e Silva e Manoel Ferreira da Câmara, dom Rodrigo, recém-empossado ministro de Estado dos Negócios Ultramarinos, em 1796, estimulou o engajamento dos letrados brasileiros na investigação da natureza das possessões do império.⁷⁰ Não parece ser mero acaso que a organização da viagem com propósitos científicos tenha acontecido exatamente neste mesmo ano.

A tópica religiosa

Ainda que o texto pretenda atender aos desígnios da ciência, observa-se que sua retórica também é marcada pela tópica religiosa do sermão.⁷¹ Além de revelar o que se passou com a missão religiosa de que os dois padres estavam incumbidos, o relato se revela como uma estratégia discursiva, pois possuía a intenção de provocar uma reação no seu leitor, sendo o principal o príncipe regente, da mesma maneira que os sermões proferidos nos púlpitos buscavam alcançar o ouvinte da missa. Ao ler *Viagem de África em o reino de Dahomé* nessa chave de leitura, observa-se que seu autor era capaz de dominar as técnicas de

⁶⁸ Basílio da Gama, i “Ode ao conde da Cunha”, in Teixeira, *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*, pp. 266-267.

⁶⁹ AHU, MAB, Cx. 100, doc. 19.560; Lessa, *Viagem de África em o reino de Dahomé*, p. 161.

⁷⁰ Junia F. Furtado, “Ciência, Diplomacia e Viagem: Dom Rodrigo de Souza Coutinho e o *tour* mineralógico dos *savants* luso-brasileiros José Bonifácio de Andrada e Silva e Manoel Ferreira da Câmara Bithencourt em Turim”, in Isabel Ferreira Mota e Carla Enrica Spantigati (orgs.), *Tanto Ella Assume Novitate Al Fianco*. Lisboa, Turim e o intercâmbio cultural do século das Luzes à Europa Pós-Napoleónica, Coimbra: Universidade de Coimbra, 2019, pp. 143-187.

⁷¹ Padre Inácio Felizardo Fortes, *O pregador instruído nas qualidades necessárias para bem exercer o seu ministério*, Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818; Maria Renata da Cruz Duran, *Ecos do púlpito: oratória sagrada no tempo de D. João VI*, São Paulo: Unesp, 2010.

produção sermonística, cujo fim era demonstrar a revelação divina,⁷² que se manifesta para os africanos por meio da ação dos dois padres durante a missão e, para o leitor do relato, durante a leitura do texto. Cipriano, que tomara as ordens sacras depois de se preparar com afincos no Tejuco, que se abrigara temporariamente no Seminário de Mariana enquanto aguardava seu provimento para alguma paróquia,⁷³ e que se aperfeiçoara, em Cânones, no curso de Instituta, em Coimbra, é quem novamente se apresenta com as qualidades intelectuais necessárias, entre as quais constava o domínio da retórica, essencial à prática do sermão, parte importante da prédica católica.⁷⁴

Como Alcir Pécora identifica nos sermões de Vieira, o texto reflete uma “unidade teológica-retórica-política”,⁷⁵ atualizada ao contexto joanino, pois à religião vem agora juntar-se a ciência, associadas para o engrandecimento do Estado. Nesse contexto, também coube ao clero secular, instruído segundo os princípios das Luzes e sob o signo do Jansenismo, a tarefa de investigação da natureza e a missão religiosa, como na viagem ao Daomé. A retórica sermonista pode ser facilmente identificada na narrativa da viagem, pela qual o leitor acompanha a luta travada entre a religião católica apresentada pelos missionários e os feitiços dos nativos, que deve ser vencido em meio a tantas adversidades. A retórica ensinava que o sermão deveria convencer o ouvinte que a ordem normal estava rompida, que o mundo se encontrava desordenado, provocando sofrimento e confusão, constituindo-se essa parte numa “retórica das lágrimas”,⁷⁶ quando o ouvinte/leitor deveria ser persuadido ao arrependimento, o que era alcançado pela intervenção divina, invocada com o objetivo de restaurar a ordem perdida. Nesse momento, “o sermão caminha para o seu termo”, quando o ouvinte é convencido da “comunhão do pregador com a palavra revelada”, pois a fé, como verdade divina, “deveria entranhar-se na sua

⁷² Alcir Pécora, “Para ler Vieira: as 3 pontas das analogias nos sermões”, *Floema*, ano 1, n. 1 (2005), pp. 29-36.

⁷³ AEAM, Armário 3, pasta 408, f. 2.

⁷⁴ Junia F. Furtado, “Return as a Religious Mission”, pp. 80-204; Junia F. Furtado, “The journey home: a freed mulatto priest, Cipriano Pires Sardinha, and his religious mission”, in Dick Gery e Stephen Hodgkinson (orgs.), *Slaves and Religions in Graeco-Roman Antiquity and the modern Americas*, Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2012, pp. 149-173.

⁷⁵ Alcir Pécora, “Sermões: o modelo sacramental”, in Antônio Vieira, *Sermões. Seleção de Alcir Pécora*, São Paulo: Hedra, 2001, pp. 11-25. (p. 23); Deivide Rodrigues Alves e Rita de Cássia M. Pereira, “O sermão e o pregador: elementos essenciais ao projeto político-religioso do Quinto Império Português em Pe. Antônio Vieira”, *Locus, Revista de História*, v. 23, n. 2 (2017), pp. 201-229 (p. 209), <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2017.v23.20851>.

⁷⁶ Valéria Maria Pena Ferreira, “Retórica das lágrimas, sermões e orações fúnebres na Bahia do século XVIII”, Tese (Doutorado em Estudos Literários), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

mente e no seu coração”.⁷⁷ Como se verá, o relato de viagem ao Daomé se estrutura exatamente na mesma ordem narrativa dos sermões.

Logo no início do texto, empregando a “retórica das lágrimas”, o leitor é advertido que a viagem “à terra de promessa [o Daomé], quais outros israelitas, [é marcada] pela distância, trabalhos e incômodos da viagem”.⁷⁸ A viagem marítima, com o vasto oceano que realiza e simboliza a travessia, marca a ruptura entre o mundo civilizado – Portugal e o Brasil –, de um lado, e o rude e selvagem mundo africano, de outro. O modelo apostólico, afinal a viagem era uma missão de conversão dos nativos à fé católica, especialmente o rei do Daomé, tinha que contar com uma boa dose de martírio e sofrimento. Assim, “as intempéries às quais se expõe o corpo do missionário durante a viagem vêm, portanto, somar-se à cota de sacrifício necessário à perfeita realização da tarefa evangélica”.⁷⁹

Qual uma peregrinação, a viagem à África “é mesclada de dor”, mas também de “escárnio, pena e riso”.⁸⁰ Alfredo Bossi destaca que a “sátira, ao mesmo tempo moral e retórica,” também caracteriza a sermonística de Vieira⁸¹ e, no programa do autor da *Viagem de África em o reino de Dahomé*, o riso e o escárnio ocorrem “porque os costumes daquele gentio lhe suscitam críticas cheias de ironia e reações psicológicas inesperadas”. O objetivo é conferir veracidade ao texto e resultam “na ridicularização do espaço e da personagem daomeana, [...] o que traduz a incapacidade do sujeito [autor] respeitar o Outro na sua diferença”.⁸² Alteridade é o que marca a relação com a África, e o autor afirma que os dois padres principiaram “a observar a extravagante diferença que havia entre os nossos e os costumes daqueles bárbaros”. Esse trecho, como o restante, revela que a visão que emerge do texto sobre o continente é marcada pelo negativo, pela intolerância em relação à religião, aos hábitos e aos costumes da terra, sensação que é estendida à natureza e aos animais, que são frequentemente apresentados de forma jocosa.

Os caminhos só são atravessados com muito trabalho, “monstros e feras são imensos”, até as frutas têm um paladar desagradável. Toda a viagem é prenhe de padecimentos que mortificam o corpo do missionário-viajante, mesmo onde eles esperam encontrar certo alívio e conforto. É no corpo dos missionários onde mais perfeitamente se realiza a verdadeira mortificação, onde se perfaz com plenitude “a retórica das lágrimas”. Dessa maneira, pouco tempo após a chegada

⁷⁷ Alfredo Bosi, “Introdução, Antônio Vieira: vida e obra, um esboço”, in Bosi (org.), *Essencial Padre Antônio Vieira*, São Paulo: Pinguim Classics Companhia das Letras, 2011, p. 64.

⁷⁸ Lessa, *Viagem de África em o reino de Dahomé*, p. 25.

⁷⁹ Andréa Daher, *O Brasil francês: as singularidades da França Equinocial*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 186.

⁸⁰ Lessa, *Viagem de África em o reino de Dahomé*, p. 34.

⁸¹ Bosi, “Introdução, Antônio Vieira”, p. 59.

⁸² Carla Isabel Louro Gonçalves, “Uma viagem da Bahia ao Daomé”, Tese (Doutorado em Letras), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001, v. 1, pp. 35, 117.

a Abomé, a capital do reino, os dois padres são, depois dos mais diversos incômodos, acometidos de malária, para mais sofrimento do corpo e da alma.⁸³

Segue-se o momento de exortar os fiéis à conversão e ao arrependimento, que só podem se realizar sob a inspiração divina, o que coincide com a informação da decisão do rei do Daomé de se converter ao catolicismo. Ao padecimento físico sofrido pelos padres, segue-se então o regozijo de suas almas, a sublimação de sua dor pela conversão do nativo infiel. O autor assegura que a decisão do rei de aceitar a fé católica “enchia a alma e o coração da maior alegria”. Regozijava-se de terem os dois padres convertido à “nossa Santa Fé aquele bárbaro Rei, o qual, como muito poderoso, a maior parte do seu povo e dos vizinhos seguiriam a este justo e verdadeiro caminho, sendo nós como segundo móveis, que abríamos a estrada para salvação de tantas almas?”⁸⁴ A missão religiosa parecia revestida de sucesso.

Porém, a verdadeira manifestação da fé ainda estava por vir e se situa no martírio final, na entrega total do corpo do missionário, espelho da mais profunda conversão, cuja viagem com suas mortificações cotidianas é apenas uma etapa na missão.⁸⁵ Em diversos momentos, o autor aponta que os dois missionários estavam dispostos a entregar a própria vida em sacrifício, “oferecendo este acontecimento em memória do preciosíssimo sangue de Jesus, vertido pelos nossos pecados”. Esse tipo de entrega total, de troca do corpo pela conversão dos infiéis, era almejado por qualquer missionário. Essa apoteose da fé é experimentada apenas por Cipriano Pires Sardinha que, já no fim da viagem, atacado da carneirada (malária), falece, por volta do dia 20 de julho de 1797, já de volta à fortaleza de Ajudá, “com arrancos e suspiros, que dava aquele corpo ao despedir-se da alma”.⁸⁶

Havia por parte da Igreja um modelo no qual “senhores e escravos, brancos e negros deviam ser antes de tudo cristãos (...). Nesse modelo, não havia tolerância com as práticas de origem africana, vistas como demonizadoras”.⁸⁷ É o compartilhamento dessa visão que faz também com que o autor, apesar de deixar ver a realidade objetiva que se abre frente aos seus olhos, não se farte em condenar e associar ao demônio tudo o que observou. Para além da tópica científica, o texto pode ser lido nessa chave religiosa, pela qual o leitor acompanha a luta travada entre a religião católica dos missionários e os feitiços dos nativos, que se busca vencer em meio a tantas diversidades. Quem possuía o

⁸³ Lessa, *Viagem de África em o reino de Dahomé*, pp. 36-37, 55, 71.

⁸⁴ Lessa, *Viagem de África em o reino de Dahomé*, p. 62.

⁸⁵ Daher, *O Brasil francês*, pp. 186-188.

⁸⁶ Lessa, *Viagem de África em o reino de Dahomé*, pp. 103, 121-122; Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), maço 193, carta de Manoel Bastos Varela Pinto, 4 de outubro 1797.

⁸⁷ Marina de Mello e Souza, *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de rei Congo*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 229.

domínio dessa tópica sermonística era Cipriano Pires Sardinha. No entanto, da África, jamais voltará. Vicente, com a saúde abalada, também vítima da malária, aportou sozinho em Salvador, a 5 de fevereiro de 1798, trazendo na bagagem o relato sobre a viagem escrito pelo companheiro.⁸⁸ Por dois anos, o texto vai repousar esquecido em algum baú de sua casa até ser remetido ao reino, dedicado ao príncipe regente. O que aconteceu nesse meio tempo? Qual os motivos e a oportunidade que Vicente Pires encontrou para efetivar seu roubo literário?

A tópica da espera

A morte de Sardinha fornece a primeira janela de oportunidade para Vicente Pires forjar sua autoria sobre o manuscrito, pois impediu o primeiro de completar a função de que fora encarregado: terminar o relato e oferecê-lo ao príncipe. Como o texto trata também de acontecimentos posteriores ao seu falecimento, isto indica a existência de um segundo autor a escrever esta parte. Vejamos. Salta aos olhos que a parte que descreve os últimos momentos de Cipriano e sua morte, da qual ele não pode ser mais o autor, se caracterize, em contraste com a narrativa até então, pela fraqueza discursiva. Este sacrifício supremo, aspirado por qualquer missionário evangelizador, não é utilizado para exaltar a fé ou a missionação, como bem conviria a um sermoneiro experimentado na arte da retórica. Não se revela aqui, ao contrário do texto precedente, qualquer domínio dessa tópica discursiva. Nesse trecho o (novo) autor – agora o padre Vicente Pires – se resume a temer pelo seu próprio fim, se pondo num “verdadeiro estado de inação e apatia”, como um bom covarde, preocupado apenas com seu destino, não se furtando de informar que temia apenas pela própria vida.⁸⁹

Outra evidência dessa dupla autoria e do roubo literário da primeira parte se revela na própria dimensão do relato, que ocupa 101 fólios do original manuscrito até a morte de Sardinha. O relato de viagem pode ser dividido em cinco partes, de tamanhos desiguais. A primeira descreve a viagem por mar e terra até os dois padres encontrarem o rei do Daomé (fólios 1-47). A segunda parte diz respeito à missão de conversão do rei e do seu reino, que é perturbada pelo assassinato do rei e põe fim à possibilidade de execução da missão religiosa (fólios 47v-97v). A terceira parte se inicia com o retorno dos dois padres e finaliza com a morte de Cipriano (fólios 98-101). A quarta parte se refere ao que se passou

⁸⁸ “[...] de toda a comitiva que foi para a Costa de África só eu existo vivo”. AHU, MAB, Cx. 94, doc. 18.320.

⁸⁹ Lessa, *Viagem de África em o reino de Dahomé*, p. 122.

com Vicente Ferreira Pires após a morte do companheiro (fólios 101v-104 e 114-114v), nela, é anunciada sua partida da África e sua chegada a Salvador. Esta é entrecortada por uma quinta parte, fólios 104v-113v, que descreve a flora, a fauna local, alguns rituais de cura e os costumes dos Malês.⁹⁰ Apenas oito fólios descrevem o retorno de Vicente, nove fólios a flora, a fauna e as doenças do Daomé, e três os costumes dos Malês. A quinta parte não segue o estilo cronológico que ordenara o relato, sendo que todas as digressões anteriores estão conectadas ao local ou ao acontecimento descrito, esclarecendo-os, e não interrompem a sequência cronológica da narrativa. Nessa parte, há um arrolamento de apontamentos descritivos, sem ordem alguma, que apresentam postura metodológica destoante do texto restante, onde havia o predomínio do ver sobre o ouvido. Também se observa a existência de dois estilos narrativos claramente distintos, entre as três primeiras partes e as duas últimas, o que reforça as evidências de que Vicente, aproveitando-se da morte de Cipriano, toma posse dos seus escritos (diário e notas) como se fossem dele, juntando-os.

A quinta parte se inicia após o “novo” narrador revelar que “nada mais tenho a contar do rei” e ele confessa que, “portanto, só me restam diferentes objetos que, pela sua pouca ligação, t’os devo anunciar truncados”, deixando evidente a reunião de diferentes assuntos, o que parece ser resultante do alinhavo de anotações esparsas anteriores. Começa com uma descrição dos animais e, após nomear vários deles, se põe a descrever o Zoó, claramente um quadrúpede mítico. O autor não viu o animal, tendo sido informado apenas pelos nativos da sua existência, e o texto revela que ele não desconfia dela, resumindo-se a descrevê-lo,⁹¹ o que confere ao leitor a sensação de que essa informação tem o mesmo estatuto de verdade das observações vistas durante a viagem. Esta forma de narrativa, onde o ouvir adquire o mesmo estatuto do ver, destoa do restante da narrativa e aponta para uma outra autoria desse trecho até o fim do relato.

Desde o século XVI, emergira uma ciência da viagem que ordenava a forma como se escreviam suas narrativas.⁹² Esta recomendava que houvesse uma distinção entre o diário de viagem, que era escrito ao longo do percurso, e o texto impresso, que não seguia necessariamente uma ordem cronológica, destacando e comentando as observações mais importantes a partir do observado. Os relatos de viagem impressos mantinham uma relação com os diários do viajante, mas dele se distinguiam e, tanto podiam ser escritos por outrem, quanto incorporar observações e comentários oriundos da tradição literária sobre o espaço narrado, ou recolhidos no campo a partir de informações de terceiros. Misturavam o visto

⁹⁰ Carla Isabel Louro Gonçalves identifica três partes: uma que corresponde à viagem de ida, outra que se refere à missão e uma terceira que narra o retorno de Vicente Ferreira Pires a Salvador. Gonçalves, *Uma viagem da Bahia ao Daomé*, v. 1, p. 37.

⁹¹ Lessa, *Viagem de África em o reino de Dahomé*, p. 126.

⁹² Wolfgang Neuber, *Fremde Welt im europäischen horizont*, Berlim: Schmidt, 1991.

com o ouvido, muitas vezes difíceis de serem distinguidos pelo leitor. Assim, “o diário de viagem registra ocorrências no tempo e no espaço: enquanto viaja tudo que chama a atenção é anotado diariamente. Em contraste, as categorias tópicas da observação da *ars apodemica* objetivam a produção de textos abstratos em relação ao tempo e o espaço. Dentro da *ars apodemica*, os diários de viagem são meras notas e têm ainda que ser sistematizados”.⁹³

Observa-se que o narrador domina as duas tópicas, mas a junção num único manuscrito final, sem o tratamento diferenciado das duas partes, misturando-as indistintamente, indica um escritor final sem o domínio da retórica da viagem, o que não seria de se esperar de alguém que foi incumbido da tarefa pela Academia Real das Ciências de Lisboa. Mais um indicativo de se atribuir a duas pessoas diferentes a junção das partes do manuscrito original. De um lado, o que escreve os diários e toma notas de assuntos e informes diversos recolhidos; de outro, o que reúne tudo num único documento, passa o texto a limpo e o entrega ao rei – Cipriano e Vicente, respectivamente.

Carla Isabel Louro Gonçalves também observa diferença evidente no estilo narrativo da parte final. Salienta que elementos são omitidos, “por exemplo, o mês de agosto não é referido sequer”, o que permite abreviar a narrativa de alguns acontecimentos, e ressalta que o “curioso é o facto de, no período de espera que precede este momento, o narrador, recorrendo ao processo da analepse,⁹⁴ completa posteriormente este relato com informações que, não sendo essenciais, permitem expandir em momento próprio a narrativa”. A autora também percebe que, na quinta parte, que denomina de “tempo de espera”, o autor “institui de novo na narrativa uma escrita exuberante, quase enciclopédica, da história e [dos] costumes do Reino do Daomé”.⁹⁵ A omissão em descrever o que se passou no mês de agosto, que resultou no adiamento do retorno de Vicente à Bahia, se justifica porque não interessava a ele, que buscava mercês como pagamento por seus serviços na África, registrar por escrito as discórdias e os enfrentamentos que teve com o novo diretor da fortaleza de Ajudá, o comandante Manoel de Bastos Varella, a quem acusa, muito brevemente sem explicar as razões, de ter dificultado seu embarque. Segundo ele, tais disputas o obrigaram a viajar até a presença do novo rei, para que este intercedesse a seu favor.⁹⁶ A

⁹³ Siegfried Huigen, “Travellers to Monomotapa: the representation of Southern Africa by the Dutch in the seventeenth century”, *History of Anthropology*, v. 9, n. 2-3 (1996), pp. 207-230. (pp. 214-215).

⁹⁴ O mesmo que *flash-back*, interrupção da narrativa cronológica para descrever elementos de memorização.

⁹⁵ Gonçalves, *Uma viagem da Bahia ao Daomé*, v. 1, p. 72.

⁹⁶ Lessa, *Viagem de África em o reino de Dahomé*, pp. 122-123. Pierre Verger chega a duvidar da veracidade desse retorno. “Não vemos muito bem como o padre Vicente pôde ir, entre o dia 4 e o dia 13 de setembro, a Abomé e conseguir uma carta datada de 9 de setembro, ou seja, mais de três semanas depois de ter embarcado”. Verger, *Fluxo e refluxo*, p. 263.

narrativa da travessia pelo interior do reino até o palácio real em Calamina e do que ali se sucedeu é rápida e sucinta, sem nenhuma força retórica, o mesmo ocorrendo com o embarque e a viagem de volta até Salvador: evidências do desejo do novo narrador de esconder os desentendimentos entre ele e o diretor Varella, mas sobretudo da sua falta de habilidade no domínio da escrita.

Note-se que, quando Vicente entrega o relato ao rei, em 1800, o mesmo é usado como moeda de troca para receber as mercês régias pleiteadas desde que aportara em Salvador, o que desnuda o *motivo* de reivindicar a autoria, utilizando o relato como o *meio* para alcançá-la. Na ocasião, Varella, o diretor da fortaleza de Ajudá, o acusava de conluio com o novo rei, Adandozan, para o depor do posto.⁹⁷ Assim que foi informado dessas acusações, o governador da Bahia tomou o partido de Varella e, às autoridades reinóis, descreveu o padre Vicente como “um miserável clérigo, destituído de literatura, e bem pouco capaz de cumprir com a comissão de que fora encarregado, por Ordem Régia, de catequizar o Rei do Dagomé”.⁹⁸ Aqui, mais uma vez, a referência às poucas letras do religioso. Como contra-argumento, como bem conviria a alguém que dominasse a arte da escrita, o (novo) autor deveria ter lançado mão do texto do relato para convencer e persuadir as autoridades lusitanas da sua versão, mas ele quase se cala, é breve e evasivo.

A tópica das mercês

Uma última ordem de questões que põe em dúvida a autoria que Vicente Ferreira Pires clama para si diz respeito à distância temporal entre o seu retorno à Bahia, a 5 de fevereiro de 1798, e a entrega do manuscrito ao príncipe, em novembro de 1800 e diz respeito à *oportunidade* que ele encontrou e os *motivos* que o levaram a deflagar seu embuste literário. Ele retornou a Salvador acometido das febres, o que o prendeu ao leito, entre a vida e a morte, e o impediu de seguir a Portugal. Mesmo assim, pouco depois, deu início ao processo pedindo o lugar de cônego da Sé da Bahia, o de cura da mesma igreja e “uma mesada, ou aquilo que parecer justo chegue para subsistência e curativo do suplicante” – tudo em troca aos serviços prestados na viagem ao Daomé e aos padecimentos físicos que vinha sofrendo.⁹⁹ Para comprovar seus serviços, anexou certidões dos capitães dos navios que o transportaram na ida e na volta, além de atestados dos médicos e do padre que chegara a lhe ministrar uma extrema-unção em Salvador.¹⁰⁰

⁹⁷ Verger, *Fluxo e refluxo*, p. 263.

⁹⁸ AHU, MAB, Cx. 107, docs. 20.931-20.936.

⁹⁹ AHU, MAB, Cx. 100, docs. 19.560-19.572.

¹⁰⁰ AHU, MAB, Cx. 215, doc. 15.105.

A 20 de janeiro de 1799, escreveu a dom Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro dos negócios ultramarinos, um relato do que se passara na viagem, com vistas a subsidiar seus pedidos de mercês. Trata-se de um texto breve, de apenas nove fólios e 1/2, escrito de próprio punho, em que narra os principais acontecimentos em que esteve envolvido junto com “o Reverendo Cipriano Pires Sardinha, já falecido, de acompanhar o Embaixador Etíope do Rei do Daomé”, “em observância das Reais Ordens de Sua Alteza”. Note-se que não constava de suas incumbências produzir um relato, mas Vicente Pires justifica a escrita deste texto “em consequência da minha obrigação, [de que] devo participar o resultado de semelhante Comissão”. Salta aos olhos que, nesse momento, ele não se apropria do relato de que Cipriano e confessa que não fora ele que ficara encarregado da sua escrita, não havendo ainda o motivo ou oportunidade para fazê-lo. Sua audácia não era tanta, pois os roubos necessitam aprendizado e fazem “parte de uma inegável ‘arte’ de fazer. Eles exigem uma longa educação ‘da moral e do físico, da vontade e do bíceps, da compostura [...]’. O ladrão deve aprender a ser um bom psicólogo, um conhecedor do caráter humano”.¹⁰¹

O tema central da missiva é a conversão de Agonglo e de seu reino ao catolicismo, pois era a única missão de que Vicente Pires fora encarregado antes de partir. Trata-se de um texto de prestação de contas das demandas de que fora encarregado, uma folha de serviço, e a viagem até o encontro com o rei Agonglo é descrita de forma lacônica, em apenas um parágrafo.¹⁰² Seu intuito é predispor favoravelmente o ministro para conseguir as mercês régias que ele almejava. O padre lança sobre si um protagonismo que não existia, equivalente ao de Cipriano Sardinha, na decisão do rei africano de se batizar e de converter seus súditos; na redação de um catecismo em português para instruir o rei na fé católica, pré-requisito exigido à conversão dos infiéis; nas promessas do monarca de empreender uma guerra com seus vizinhos para também catequizá-los, de restituir a Portugal os seus vassalos “que como prisioneiros existiam debaixo do governo Etíope”, e de intermediar com o rei do Benin a devolução do castelo da Mina aos portugueses.¹⁰³ Nenhuma referência é feita que cabia a ele redigir um relato ou de que ele o havia feito.

Em seguida, noticia a morte de Agonglo, ocorrida a 1º de maio, envenenado por seu irmão, como reação ao seu desejo de abraçar o catolicismo, o que serve para justificar o insucesso das suas incumbências. Pires revela que o filho do rei, Adandozan, o novo monarca, chegara a visitar os dois padres, “ficando muito sentido de nos ver em tal estado de abatimento pela nossa atual

¹⁰¹ Dominique Kalifa, “Georges Randal et autres figures de haut vol”, in *Au voleur! Images et représentations du vol dans la France contemporaine (xix^e-xx^e siècle)*, Paris: Éditions de la Sorbonne, 2014, p. 16.

¹⁰² AHU, MAB, Cx. 212, doc. 14.964.

¹⁰³ AHU, MAB, Cx. 212, doc. 14.964, ff. 1-4.

enfermidade”. Esta visita é improvável e o seu objetivo, ao inventá-la, é demonstrar intimidade com o monarca africano e que usufruía da sua proteção. Vicente Pires distorce a realidade para ajustá-la a seu favor, trilhando o caminho dos pequenos delitos e das infrações que caracterizam as trajetórias dos grandes falsários, antecedendo seu grande crime. Conta ainda que, a seguir, visitou-os o Meú,¹⁰⁴ trazendo da parte do rei “um presente para Sua Alteza Real, o qual continha dois grandes panos, que aqui chamam da Costa, um mais pequeno, e quatro dentes de elefantes”,¹⁰⁵ que foram enviados juntos com a missiva para serem entregues ao príncipe regente.

Nessa época, ainda segundo Vicente Pires, os dois padres adoeceram e temeram “os perigos a que estávamos expostos”, informando que ambos chegaram juntos à conclusão que, então, se dava “por inútil a nossa estada em Daomé”, compartilhando com Cipriano, que não podia testemunhar o que se passara, a responsabilidade pelo abandono da missão. A seguir, afirma que os dois conseguiram uma audiência com Adandozan, que lhes concedeu a licença para se dirigirem à fortaleza de Ajudá e retornarem à Bahia. Foi quando teriam cobrado do novo rei todas as promessas que seu pai lhes havia feito, mas ele as negou uma a uma, à exceção “da facultada licença tendente ao Batismo dos moradores dos Sarames¹⁰⁶ de Ajudá”. Tal menção não era fortuita, pois embasava sua alegação de que os ofícios que pedira na Sé da Bahia constituíam seu pagamento pelo serviço “de Deus e de Vossa Alteza Real”, pois ele e Cipriano “não só servi[ram] de Párcos das almas já criadas no grêmio da Igreja e que nos Sarames e Fortes dos Portugueses e Franceses”, como também “catequiza[ram], por licença do dito Rei do Daomé, os gentios que a procuravam, dos quais batizaram mais de quatrocentos entre párvulos e adultos”. Por “tudo, o suplicante se considera[va] digno da compaixão e atenção” do príncipe, a quem recorria para a “remuneração de tão árduos serviços”.¹⁰⁷

O texto termina fazendo breves menções às razões que justificaram a demora de seu embarque para a Bahia, creditando tudo ao falecimento de Cipriano Sardinha; ao “deplorável estado da minha saúde”; às desavenças com o comandante Varella, sobre as quais dissimula, alegando que, “em razão do meu caráter, sou obrigado a calar”. Nesse trecho, é informada uma visita do Meú à fortaleza de Ajudá, ocorrida depois da morte de Cipriano, para entregar-lhe cartas do rei dirigidas ao príncipe dom João, “que tenho a honra de entregar a V.

¹⁰⁴ Meú “é segundo Ministro e Secretário, tem à sua incumbência os despachos da repartição dos Estrangeiros ou brancos, que val[e] o mesmo. Administra, governa, dispões de todas as terras conquistadas”. Lessa, *Viagem de África em o reino de Dahomé*, p. 99.

¹⁰⁵ AHU, MAB, Cx. 212, doc. 14.964, ff. 5-6.

¹⁰⁶ AHU, MAB, Cx. 212, doc. 14.964, f. 7. Sarames eram os distritos circundantes de cada forte, correspondendo às feitorias onde os escravos eram negociados.

¹⁰⁷ AHU, MAB, Cx. 100, doc. 19.561, f. 2.

Exa¹⁰⁸. Vicente instrumentalizou a seu favor três das quatro cartas que levou consigo. Nelas, o rei defende o comportamento dele na África, especialmente nas disputas que teve com o comandante da fortaleza. O governador da Bahia foi o primeiro a duvidar da autenticidade das mesmas, pois estavam redigidas com a sua letra, mas o padre garantiu ter servido apenas de escrivão. É muito provável, como acredita Pierre Verger, que pelo menos as três a seu favor fossem pura invenção sua e que até pudessem ter sido escritas pelo antigo governador da fortaleza de Ajudá, que fora destituído do cargo.¹⁰⁹ Vicente Pires escalava um degrau na sua trajetória de falsário, falsificando textos com o objetivo de criar uma imagem favorável de si junto às autoridades lusitanas, especialmente o príncipe regente e o ministro dos negócios ultramarinos. Configura-se aqui uma etapa importante e essencial na formação dos ladrões literários, que constitui o aprendizado do roubo literário,¹¹⁰ que se situa mais no terreno da contravenção do que do crime.¹¹¹

Como homem de seu tempo, o padre Pires estava cômico de que mercês régias só se alcançavam movendo as forças políticas próximas ao trono e ele sabia que não contava com o apoio nem do bispo, nem do governador da Bahia. Para provar que era perseguido e injustiçado, acusou o último de ter maltratado a ele e a Cipriano, enquanto aguardavam, em Salvador, a ida para o Daomé, sendo “mandados daquela cidade para a dita Costa sem os socorros necessários, e ao menos um criado que os servisse”.¹¹² Prevendo que suas demandas seriam dificilmente atendidas na Corte, depois de experimentar melhora da malária que contraíra na África, em fevereiro de 1799, embarcou mais uma vez para Lisboa, onde aportou em julho do mesmo ano. O mais rapidamente, entregou a dom Rodrigo de Sousa Coutinho, que ele contava “será o meu Verdadeiro Protetor”, seu breve relato sobre os acontecimentos ocorridos no Daomé, fazendo “ver a Vossa Excelência com as mais vivas cores, o triste quadro dos meus sucessos no decurso desta incumbência”.¹¹³ Não era um patrono qualquer. Além do alto cargo que ocupava, da confiança que o príncipe regente lhe depositava, vivia

¹⁰⁸ AHU, MAB, Cx. 100, doc. 19.561, ff. 8-9.

¹⁰⁹ AHU, MAB, Cx. 107, docs. 20.933, 20.934, 20.935, 20.936; Arquivo Público Estadual da Bahia, códice 137, f. 246; Verger, *Fluxo e refluxo*, pp. 261-264. O governador avisa que “esqueci de dizer a Vossa Excelência que parece que as cartas do Príncipe do Dagomé estão escritas do próprio punho do Padre Vicente Ferreira Pires”.

¹¹⁰ Choynet, “Le voleur de Georges Darien”.

¹¹¹ Laurent Pfister, “Contrefaire à la Renaissance: faux et usage de faux. Aperçu et problématiques juridiques”, *Reforme, Humanisme, Renaissance*, v. 67 (2008), pp. 17-19. (pp. 18-19).

¹¹² AHU, MAB, Cx. 100, doc. 19.561; Cx. 148, docs. 29.689, 29.693

¹¹³ Apesar de datado da Bahia a 20 de janeiro de 1799, o texto se refere a seu embarque para Lisboa ocorrido apenas seis meses depois, do que se depreende que foi entregue, em mãos, no Ministério do Ultramar, em Lisboa. AHU, MAB, Cx. 100, doc. 19.561, ff. 9-10.

cercado e promovia, na Corte, a elite intelectual nascida no Brasil, entre eles Simão e Cipriano Pires Sardinha.¹¹⁴

A 20 de novembro de 1799, o arcebispo da Bahia emitiu seu parecer desaconselhando a mercê dos dois ofícios na Sé, que o padre Vicente Pires pedira. Afirmou que “já antes se mostra incapaz” e que seria “mais prudente em pedir um emprego proporcionado à sua capacidade”, recriminando sua moral por esse duplo pedido. Em seguida, concordando com a opinião do prelado, o Conselho Ultramarino determinou que o padre Pires “peça a Sua Alteza Real outro qualquer emprego, que seja proporcionado ao seu merecimento, aos serviços que fez, e ao estado da sua saúde”. Dom Rodrigo, por sua vez, referendou esta decisão, negou o benefício, mas informou que o príncipe “deu outra recompensa ao tal Vicente Ferreira Pires, que certamente não era próprio para os lugares que pedia”.¹¹⁵ Em outubro de 1800, Vicente solicitou a serventia vitalícia do cargo de escrivão da Mesa Grande da Casa da Moeda Bahia ou de Porteiro da Alfândega para seu filho mais velho e, mais uma vez, em novembro, dom Rodrigo negou o pedido, justificando que ele já fora agraciado com uma mercê.¹¹⁶ O período de aprendizado do roubo literário terminara, as cartas forjadas atribuídas ao rei do Daomé cumprira apenas em parte o seu papel. Criava-se a segunda janela de *oportunidades* para Vicente Pires avançar na sua carreira de falsário literário.

É nesse contexto de dificuldades para angariar as recompensas que considerava justas e da necessidade de provar que sua cultura letrada estava à altura dos cargos pleiteados que, com o intuito de mover favoravelmente a liberalidade régia, Vicente Pires ofereceu, no ano seguinte, em novembro de 1800, o manuscrito da *Viagem de África em o Reino de Daomé*, dedicado ao príncipe regente e assinado como se fosse de sua autoria: “o P^e. Vicente Ferreira Pires”. Concretizaram-se finalmente as razões e a *oportunidade* para apresentar sua nova falsificação. Com ela, pretendia mostrar que possuía erudição e que esperava o reconhecimento régio pela nobre incumbência de cristianizar o rei e seu povo, ainda que eventos inesperados tenham impedido a conclusão da obra missionária. Para tanto, colocou ordem nos papéis de Cipriano que trouxera consigo da África, finalizou-os com a sua versão abreviada dos acontecimentos ocorridos depois da morte do companheiro, que incluíam o retorno a Calamina e a proteção dispendida pelo novo rei daomeano, preenchendo o final com as informações esparsas que Cipriano recebera de terceiros e anotara em separado, sobre a flora, a fauna e os Malês. Por fim, incluiu um Prólogo em que justifica, com aparente falsa modéstia, que “não é necessário ser versado em certos ramos de literatura para ser o observador e historiador das circunstâncias

¹¹⁴ Furtado, “O outro lado do Império”.

¹¹⁵ AHU, MAB, Cx. 100, docs. 19.560, 19.562, 19.572; Lessa, *Viagem de África em o reino de Dahomé*, pp. 154-155.

¹¹⁶ AHU, MAB, Cx. 126, docs. 24.941-24.943. Foi protocolada em outubro de 1800.

particulares”.¹¹⁷ Encontrou um copista em Lisboa, datou o manuscrito em 1800, como se tivesse sido recém redigido e fosse de sua autoria exclusiva.

Ao se autoproclamar “historiador das circunstâncias”, ele contradizia o próprio texto a seguir. Ao dar início ao relato do que se passou no interior do Daomé, a partir das páginas 33 e 34 da versão impressa, o autor original deixara uma advertência: “Prepara-te ó Leitor, para ouvires acontecimentos nunca esperados, e não creias que eu falte a um só ponto da verdade; que, como Historiador, pinte com expressões hiperbólicas os meus sucessos dessa viagem”.¹¹⁸ Há aqui claramente uma crítica ao historiador como alguém que se utiliza de uma retórica exagerada para narrar o passado, contrapondo seu tipo de escrita a que vai ser empregada a seguir, ainda que, por vezes, o que será contado possa parecer fantástico. É a fala de um homem de ciência, comprometido com a verdade, conforme os ensinamentos da Academia das Ciências, com o puramente observado que garantira ao leitor que “posso dar exatas informações do que vi”.¹¹⁹ Ou seja, enquanto Vicente se vangloria de ser um historiador, o escriba original – Cipriano – considera a narrativa histórica inadequada ao relato.

É a premência das mercês que faz Vicente lançar mão do texto de Cipriano, fazendo-o passar por seu, com o intuito de aplacar a fama de ignorante e de ser incapaz intelectualmente, o que lhe era imputado pelas autoridades baianas, além, é claro, de manter fresca a memória e exaltar os perigos e os padecimentos que sofrera em África. A tópica da mercê exigia a exaltação de seus feitos passados e de sua alta capacidade cognitiva, que se concretizavam na escrita do relato do Daomé. Não se tratava de forjar um texto falso, como no caso das cartas do rei daomeano, mas de falsificar sua autoria sobre um texto em sua quase totalidade já existente, cuja redação, evidentemente, ele não possuía a capacidade intelectual para ser o verdadeiro autor. Não se tratou de uma falsificação com propósitos nobres ou idealísticos, como frequentemente ocorrera entre os letrados medievais ou renascentistas. Bem ao gosto “dos séculos XVII, XVIII e XIX, [quando] estas práticas persistiram”, seu intuito “foi a busca de ganhos pessoais ou profissionais”,¹²⁰ emulando a estratégia empregada pelos letrados de seu tempo. Isso exigia que se posasse de escritor e, em consonância com o processo de autonomização e individualização do autor que ocorria no contexto do escambo de saber por mercês, reclamou para si a autoria do relato de viagem de Cipriano, acrescentando aqui e ali umas pinceladas suas.

Sua estratégia surtiu, pelo menos em parte, o efeito desejado, pois não conseguiu exatamente os postos que reivindicara. No entanto, em 1803, foi-lhe

¹¹⁷ Lessa, *Viagem de África em o reino de Dahomé*, p. 5.

¹¹⁸ Lessa, *Viagem de África em o reino de Dahomé*, pp. 33-34.

¹¹⁹ Lessa, *Viagem de África em o reino de Dahomé*, p. 41.

¹²⁰ Grafton, *Forgers and critics*, p. 32.

concedida a cadeira de Primeiras Letras, em Salvador; em novembro do mesmo ano, recebeu o ofício de “vigário colado da Freguesia e cidade de São Filipe de Benguela”, concedido por “ordem de Vossa Alteza Real”, para onde teria se retirado, pois desaparece da documentação sobre o Brasil. Dom João ainda despachou para que lhe fosse concedida uma sesmaria, na chamada Ilhas dos Padres, situada no Rio da Vila de Ilhéus, na Bahia; lhe concedeu o Hábito da Ordem de Cristo, “em recompensa dos serviços que prestara em África”, mas parece que a outorga não se concretizou, pois não há documentos comprobatórios dessa mercê; e, em 1805, o “direito de ‘usar e gozar das insígnias e honras de cônego’” que tanto almejava.¹²¹

Se a maior parte do que é relatado no trecho final da *Viagem de África em o Reino de Daomé* e a autoria que Vicente Ferreira Pires reclama para si eram falsas, elas seguiam a lógica das mercês e podem ser inscritas na categoria de falsidades interessadas. Se não vigorava ainda um direito de propriedade intelectual no sentido estrito do termo,¹²² a prática vigente entre os letrados iluministas de intercambiar seus saberes científicos por mercês régias honoríficas e pecuniárias contribuía para construir a categoria de autor individual das suas próprias obras, que, para serem meritórias, tinham que apresentar valor segundo a originalidade de suas ideias e não pela repetição qualificada. Como no caso do relato de viagem ao Daomé, as memórias econômicas produzidas sob o manto da Academia Real das Ciências de Lisboa serviam para atestar o serviço de seus autores e alçá-los aos mesmos patamares dos grandes do reino.

Se os falsários através dos tempos podiam “ser diversos em suas personalidades e interesses” e a falsificação literária tentava igualmente “os virtuosos e os fracos, sendo praticada até por quem a condenava”,¹²³ a trajetória de Vicente Ferreira Pires aponta para o perfil clássico. Ele era produto das duras condições que os indivíduos de baixo de nascimento encontravam para ascender socialmente em uma sociedade de Antigo Regime, especialmente aqueles que, órfãos como ele, não apresentavam a linhagem adequada quando se submetiam às provanças para angariar cargos e mercês. E, se a condição de exposto podia encobrir sua origem desonrosa, ela também lhe abriu algumas portas, mas estas eram bem estreitas. Como outros falsários, sua vida se aproxima da dos personagens dos romances picarescos, marcada por aventuras, mudanças abruptas, muitos baixos e poucos altos. Apesar da pouca instrução, o padre Pires era certamente um sujeito inteligente e sua vida, especialmente com as frustrações vivenciadas em Salvador antes e depois de retornar da África, permitiu-lhe aprender o roubo literário, identificando os momentos propícios e as estratégias

¹²¹ AHU, MAB, Cx. 148, docs. 29.685-29.687; Cx. 242, doc. 16.724; Cx. 147, doc. 29.498, f. 4; Lessa, *Viagem de África em o reino de Dahomé*, pp. 168-169.

¹²² Pfister, “Contrefaire à la Renaissance”, p. 18.

¹²³ Kalifa, “Georges Randal et autres figures de haut vol”.

adequadas para empreender seu grande embuste literário: assinar como seu o relato de viagem ao Daomé, oferecendo-o ao rei.¹²⁴

Sentia-se injustiçado em suas pretensões pois, afinal, o padre Cipriano Sardinha recebera uma conezia em sua terra natal antes mesmo de desempenhar sua missão. Já o padre Pires não considerou um pecado maior inventar uma falsa autoria e pender a redação da parte final do relato (aí sim de próprio punho) para exaltar sua participação na missão apostólica de conversão do rei do Daomé e de alguns de seus súditos, omitindo o que pudesse ferir sua imagem. Na “Carta ao príncipe regente”, que antecede o relato, buscou afastar a visão negativa que as autoridades da Bahia e o comandante da fortaleza de Ajudá construíam sobre seu caráter e sua capacidade intelectual, acusando “o mordaz Zoilo”¹²⁵ de vociferar “contra a candura da minha alma, profanando o que há de mais verdadeiro”. Garantiu que o fato do Príncipe lhe conferir “tão importante comissão” bastava “para sanar qualquer intriga”.¹²⁶

Como um falsário clássico, Vicente Ferreira Pires era um indivíduo sem culpa, pois, do seu ponto de vista, a falsificação reveste-se de positividade, pois pretende alcançar um objetivo, o que lança “luz sobre o obscuro reino dos fins”.¹²⁷ No caso do padre Vicente Ferreira Pires, seus fins são bem evidentes e foram em grande parte alcançados: a autoria do relato fizera pender a seu favor a liberalidade régia, que se expressou na concessão das mercês que o distinguiam e o dignificavam perante os seus e ainda garantiriam a sua sobrevivência e a de sua descendência. Mais importante, relegou para a posteridade o seu nome como autor e protagonista da *Viagem de África em o Reino de Daomé*, ainda que esta não fosse a verdade. O padre Cipriano Pires Sardinha restou esquecido na África, de onde jamais pôde retornar para reclamar sua obra usurpada.

¹²⁴ Choynet, “Le voleur de Georges Darien”.

¹²⁵ Zoilo foi um antigo filósofo e crítico grego que “para fazer o seu nome célebre no mundo criticou os versos de Homero e escreveu contra Platão e Sócrates. Dele, foi chamado Zoilo todo crítico presumido ou censurador mal afeito”. Raphael Bluteau, *Vocabulário Português & Latino*, Lisboa: Na Officina de Pascoal da Sylva, 1720, v. 4, p. 644.

¹²⁶ Lessa, *Viagem de África em o reino de Dahomé*, p. 3.

¹²⁷ Grafton, *Forgers and critics*, p. 49.

Artigo recebido em 20-12-2023. Aceito para publicação em 08-02-2024.

Citação: Junia Furtado, “Um impostor na missão ao Daomé: o roubo autoral na Era Moderna”, *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 41, n. 2 (2023), pp. 230-263, <http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2023.41.2.09>.

Junia Furtado, Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais e Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, e-mail: juniaf@ufmg.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6754-6460>.